



Asserlegis

Associação dos Servidores Efetivos do
Poder Legislativo do Estado do
Rio Grande do Sul

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL

Tipo: Ordinária

Data: 14/04/2015

Às 18h30min do dia 14 de abril de 2015, no Espaço da Convergência da Assembleia Legislativa do RS, o Presidente da Asserlegis, Sr. Roberto Lima, abriu a Assembleia Geral em segunda convocação. Antes de iniciar os trabalhos, anunciou a presença do Sr. Enilto José dos Santos, recebido pela Assembleia Geral para, em nome da Administração da Assembleia Legislativa, explicar a situação administrativa atual do Poder Legislativo. Relatou as dificuldades enfrentadas decorrentes da aprovação do Plano de Carreira, da nova estrutura organizacional que está sendo gestada e do aumento no número de bancadas, referindo o esforço empenhado para, em alguma medida, contemplar situações de insuficiência não previstas no planejamento do novo organograma com a criação de novas FG's por desdobramentos de outras maiores, que acabara de ser aprovado naquela tarde no Plenário da Assembleia Legislativa. Assinalou que serão revisados alguns pontos do planejamento mas que não será possível atender de imediato todas as demandas. Terminada a explanação, o Sr. Enilto agradeceu a oportunidade e retirou-se. O Presidente então iniciou os trabalhos da Assembleia Geral anunciando a pauta de deliberações: I - Aprovação da prestação de contas 2014; II - Aprovação da proposta orçamentária 2015; III - Elaboração da pauta de reivindicações; IV - Assuntos Gerais, comunicando a Assembleia Geral que já constavam na pauta referente à elaboração da pauta de reivindicações os seguintes itens: a) Reajuste do Vale Refeição; b) Reposição Salarial e Reajuste Anual; c) Revisão do Plano de Cargos e Salários (Lei 14.688); c.1) Formação de um Grupo de Trabalho específico para analisar a situação dos segmentos que ficaram aquém da expectativa no Plano de Cargos e Salários; c.2) Formação de um Grupo de Trabalho para analisar a questão do Adicional de Qualificação e outros temas concernentes à Lei 14.688; c.3) Proposta de alteração das Promoções; d) Concurso Público. No andamento, passou a palavra ao Tesoureiro, Sr. Jorge Dutra, para que conduzisse às questões relativas às pautas I e II. O Sr. Tesoureiro apresentou as informações contábeis referentes ao ano de 2014, ressaltando que a Entidade havia sido criada em outubro e que as condições para a arrecadação efetiva se deram no início do ano de 2015. Apresentou graficamente demonstrativos contábeis e leu o parecer do Conselho Fiscal que segue anexo à esta Ata. Submeteu então a prestação de contas à deliberação da Assembleia Geral que o aprovou por unanimidade. Seguiu o Tesoureiro para a segunda pauta (II - Aprovação da proposta orçamentária 2015), apresentando a previsão de arrecadação para o ano corrente e os valores reservados para determinadas ações da Entidade, bem como para o custeio administrativo. Submetida à deliberação da Assembleia Geral, a proposta orçamentária foi aprovada por unanimidade. Dando sequência aos trabalhos, o presidente anunciou a terceira pauta (III - Elaboração da pauta de reivindicações) e solicitou



ao colega Jorge Dutra que apresentasse os dados levantados para o encaminhamento do Reajuste do Vale Refeição e da Reposição Salarial. Retomando a palavra, o colega Jorge Dutra trouxe ao conhecimento da Assembleia Geral pesquisa sobre a solicitação de outras entidades de servidores públicos e o embasamento para o pedido. Seguiu-se a discussão da Assembleia Geral referente aos índices a serem propostos. Aprovou-se o entendimento de que a Associação deve solicitar o mesmo valor solicitado pelo Sindicato do Ministério Público estadual, tendo em vista este estar embasado em uma pesquisa de mercado, mesmo argumento que deve justificar o pleito. Na sequência veio à discussão o índice de reposição salarial que deveria ser pleiteado. O colega Jorge Dutra expôs à Assembleia Geral os índices prováveis que serão solicitados por outros órgãos, levando em consideração a inflação do período pelo INPC e o reajuste anual de ganho real, exibindo simulações de impacto sobre os vencimentos básicos atuais. Observou-se que, como a Associação ainda não conseguiu estreitar relações institucionais com os outros órgãos representativos de servidores do Estado, a Asserlegis, dessa vez, deveria aguardar pelo índice a ser estabelecido pelas outras entidades a fim de decidir se acompanha o índice ou não. Ponderou-se também que o projeto referente à recomposição dos vencimentos dos servidores da Assembleia tramitasse em conjunto com os demais para que as análises do processo legislativo fossem feitas ao mesmo tempo. Ficou decidido então que se aguardaria essas definições de índice, mas que o mínimo a ser reivindicado era o da inflação. Na sequência o Presidente solicitou ao colega Jorge Dutra que apresentasse proposta de alteração das promoções na carreira. O Sr. Jorge Dutra apresentou então a formulação base da proposta que visa: a) adequar o critério de promoções; b) reduzir o interstício para 2 anos; e c) considerar o tempo remanescente quando do enquadramento dos servidores no novo quadro. Por solicitação vinda da Assembleia Geral, destacou-se o item b para ser deliberado em separado em função de este representar impacto financeiro. Ainda que votados em separado, a proposta foi aprovada na íntegra. Em seguida, o Presidente tratou do encaminhamento da formação de um Grupo de Trabalho (GT) específico para analisar a situação dos segmentos que ficaram aquém da expectativa no Plano de Cargos e Salários, anunciando que o GT fosse composto paritariamente por um representante do Nível I, um do Grupo I - Técnico Legislativo, um do Grupo I - Agente Legislativo, um do Grupo II - Analista Legislativo e um da Procuradoria. A partir de questionamentos da Assembleia Geral, foi esclarecido que o GT não seria deliberativo e que teria a incumbência de pensar em propostas e alternativas para atender o segmento que não foi contemplado no Plano, caso do Nível I, e para atenuar a situação do Nível II - Técnico Legislativo, uma vez verificado que, em bloco, teve retração com o Plano, considerada a realidade remuneratória. Estabeleceu-se ainda que

as propostas devem ser publicadas no grupo de e-mail's da Associação em até 30 dias para a discussão geral do conjunto dos servidores associados. Ficou estabelecido o prazo de três dias úteis para que cada segmento indique seu representante. Na sequência, o Presidente encaminhou a formação de outro Grupo de Trabalho, não necessariamente paritário, para tratar da regulamentação do Adicional de Qualificação, cuja aplicação ficou pendente no Plano, e de outras questões concernentes ou correlatas ao Plano. Sugeriu-se que este grupo de trabalho se dedicasse também ao acompanhamento do novo organograma da Casa, devendo os voluntários se inscreverem em três dias úteis. Encerrando a pauta de reivindicações, o Presidente submeteu à consideração da Assembleia Geral a necessidade de Concurso Público para a Assembleia Legislativa, com a qual todos concordaram, observando-se o fato de haver muitos CC's na área administrativa e salientando-se a necessidade de construir estratégias da Associação para a consecução da demanda por Concurso Público. Por fim, o Presidente abriu os Assuntos Gerais, em que foram apresentadas e discutidas as seguintes questões: confecção de carteiras funcionais para os Servidores da Assembleia Legislativa; Participação de representante dos Servidores Efetivos no Conselho Gestor da ALRS; Pagamento do Abono Família; Recebimento do Vale Refeição durante as férias; Moção da Asserlegis frente ao PL 4330 que tramita no Congresso Nacional e versa sobre a terceirização de mão de obra; e formas de a Associação se agregar à Frente Parlamentar em favor do Serviço Público. Não houve rejeição a nenhum dos temas levantados, ainda que a questão da Moção da Associação ao PL 4330 tenha suscitado posicionamentos divergentes, principalmente pelo desconhecimento do teor do Projeto de Lei, registrando-se abstenções ao encaminhamento. Finalizada a discussão sobre os temas levantados nos Assuntos Gerais, o Presidente consultou a Assembleia Geral se havia mais alguma questão a ser discutida e, em não havendo, encerrou a Assembleia Geral às 21h15min. Para constar, eu, Primeiro-Secretário da Asserlegis, lavrei a presente Ata, subscrevendo-a, que será disponibilizada a todos os Associados.-----

Rafael de Aguiar Pereira

Primeiro-Secretário